

REPRESENTAÇÕES DO OUTRO: A SUBJETIVIDADE E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO EM CARTAS DE INTERNAS

Daniele Cristina Scaliante¹

Resumo: Este trabalho² tem por objetivo problematizar o processo de subjetividade de mulheres internas do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas - MS, analisando as representações do outro que emergem, em privação de liberdade, via escrita de si. Sob uma abordagem transdisciplinar, os pressupostos teóricos baseiam-se na Análise do Discurso de linha francesa inaugurada por Pêcheux (1997); sobre identidade, ancoramo-nos em Coracini (2003, 2007); sobre as relações de poder, subjetividade e escrita de si, partimos de Foucault (1979, 2006a, 2006b). A análise aponta que as representações do outro que emergem via escrita de si constituem o processo de subjetividade das mulheres internas, isto é, sua constituição enquanto sujeito é perpassada no/pelo olhar do outro, uma vez que a alteridade constitui esse processo.

Palavras-chave: Escrita de si; subjetividade; sujeito; exclusão.

Abstract: This paper aims to question the subjectivity process of female prisoners from the Female Penal Establishment from Três Lagoas - MS via writing about themselves, analyzing the representations of others that emerge, in deprivation of liberty, for writing about themselves. Under a transdisciplinary approach, the theoretical assumptions are based on the Analysis of French Discourse inaugurated by Pêcheux (1997a); about identity, we base this research on Coracini (2003, 2007); on relations of power, subjectivity and writing about themselves, we start from Foucault (1979, 2006a, 2006b). The analysis shows that the representations of other emerge by writing process itself constitute the subjectivity of internal women, namely, its constitution as a subject is permeated in / for the other's gaze, since this process is otherness.

Keywords: Writing about themselves; subjectivity; subject; exclusion.

Introdução

A Lei de Execução Penal de 1984 (BRASIL, 2009), em seu artigo 1º, trata do seu objeto e de sua aplicação da seguinte forma: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Entretanto, é comum nos noticiários uma

¹ Mestre em Letras pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), com ênfase em Estudos Linguísticos, referente à linha de pesquisa “Discurso, subjetividade e ensino de línguas”.

² Este texto apresenta resultados da pesquisa de Mestrado concluída sob a orientação da Prof.^a Dra. Celina Ap. G. S. Nascimento, vinculada ao projeto de pesquisa: “Linguagem, discurso e identidade de adolescentes e adultos em situação de exclusão: escrita de si” e ao Grupo Vozes (In)fames: exclusão e resistência/UNICAMP.

narrativa contrária a respeito da realidade do sistema penal: reincidências criminais, rebeliões, fugas, atitudes ilícitas, aumento no número de crimes, entre outros fatores que parecem incontroláveis.

Nesse sentido, de um lado, os sistemas prisionais posicionam-se enquanto um espaço de recuperação para sujeitos em situação de crime; por outro, o alto índice de reincidência criminal caminha na contramão desse discurso de recuperação. Assim, uma possível situação de exclusão se constrói: primeiro, porque ao serem privados da liberdade para uma suposta transformação, esses sujeitos são excluídos do convívio em sociedade; segundo, porque quando retornam ao convívio social são considerados sujeitos “pós-crime”. Por conseguinte, estão marcados pelo discurso do outro e, sobretudo, pela memória que a prisão carrega, atravessada pelo já-dito, bem como por um contexto sócio-histórico.

Este trabalho tem por objetivo problematizar o processo de subjetividade de mulheres internas do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas - MS, analisando as representações do outro que emergem, em privação de liberdade, via escrita de si. Assim, surge da necessidade de investigar a relação sujeito excluído, sociedade e Instituição, uma vez que as relações de poder perpassam esse contexto. Temos enquanto hipótese que as mulheres internas, ao escreverem suas cartas, passam por um processo de exposição de sua subjetividade, uma vez que são interpeladas pelo procedimento de censura³ realizado pela direção da Instituição, o que faz com que discursos da estratégia constituam essa escrita de si.

As perguntas que norteiam este trabalho são: quais as representações do outro que emergem nesse contexto de privação de liberdade? De que modo os “muros” da Instituição constituem os sujeitos e os discursos? Para tanto, norteamos esta investigação pelo método arqueogenealógico foucaultiano e, como procedimento metodológico, consta a coleta e análise discursiva de cartas escritas pelas mulheres internas em seu dia a dia a familiares, amigos ou ao (à) companheiro (a).

Sob uma abordagem transdisciplinar, os pressupostos teóricos baseiam-se na Análise do Discurso de linha francesa inaugurada por Pêcheux (1997a); sobre identidade, ancoramos em Coracini (2003, 2007); sobre as relações de poder, subjetividade e escrita de si, partimos de Foucault (1979, 2006a, 2006b). A análise aponta que as representações do outro que emergem via escrita de si constituem o processo de subjetividade das mulheres internas,

³ A censura das cartas é feita por funcionários da Instituição, que leem todas as cartas de saída e, após observarem se estão de acordo com as normas encaminham-nas para a portaria do Estabelecimento Penal, onde por fim, o carteiro passa e as recolhe. O procedimento é o mesmo para as cartas que chegam: passam pela leitura e são entregues às internas pela manhã e funciona como prevenção para que não existam atitudes ilícitas dentro desse local.

isto é, sua constituição enquanto sujeito é perpassada no/pelo olhar do outro, uma vez a alteridade constitui esse processo.

Alguns conceitos: sujeito, identidade, relações de poder, subjetividade e escrita de si

Não raramente, estudos apresentam enfoques relacionados à linguagem atrelada aos efeitos de sentido que perpassam as questões sócio-históricas. Nessa linha, estão imbricados sujeito, história e discurso.

Neste tópico, tecemos considerações acerca dos conceitos fundamentais que embasam este trabalho, bem como situamos a perspectiva na qual nos amparamos. Após uma breve consideração dessa perspectiva, expomos os conceitos de sujeito, identidade, relações de poder, subjetividade e escrita de si.

Como já citado, esta pesquisa considera os pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), ramo da Linguística que, na França, apresenta indícios de seu início com base em três domínios disciplinares: a Linguística (releitura de Saussure por Pêcheux), o Marxismo (releitura de Marx por Althusser) e a Psicanálise (releitura de Freud por Lacan). A AD considera essas três áreas do conhecimento a fim de relativizar a autonomia da língua enquanto estrutura, considerando a história e, posteriormente, o deslocamento da noção de sujeito centrado.

Possui a AD, enquanto fundador, Michel Pêcheux, que, em conjunto com colaboradores, em 1969, inaugura a elaboração de seu projeto, o qual progressivamente (re)constrói e amadurece, publicando, inicialmente, o que chamaria de *Análise Automática do Discurso* (GADET, F.; HAK, T., 1997), levantando questões sobre texto, leitura e sentido e, paulatinamente, analisa os discursos ideológicos que intervinham na prática política, atuando de modo crítico sob os pressupostos teóricos que embasavam os estudos da linguagem até então desenvolvidos. Em seu percurso de construção de uma teoria do discurso, Pêcheux (1997b) descreve as três fases pelas quais passou a AD, na tentativa de apontar os deslocamentos teóricos ocorridos. Para isso, em um de seus últimos textos, *A análise de discurso: três épocas* (1983) sintetiza tal percurso da análise de discurso por ele idealizada.

Analisemos, agora, o conceito de sujeito inscrito em cada uma dessas épocas.

A AD-1 caracterizou-se pela construção de um objeto estrutural fechado, o que consequentemente retrocedia aos moldes saussurianos, sendo alvo de pedidos de reformulações e críticas provenientes de linguistas e pesquisadores, pois nesta fase “[...] um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos



acreditam que ‘utilizam’ seus discursos, quando na verdade são seus servos assujeitados [...]” (PÊCHEUX, 1997b, p.311). Tal designação consolidava a ideia de homogeneidade da língua, pois asseverava a impossibilidade de considerar as condições de produção, contemplando o sujeito enquanto efeito de assujeitamento à formação discursiva (doravante FD) estruturalmente fechada, inerente à exterioridade que permeia o(s) discurso(s).

Na segunda fase (AD-2), reconfigurações acerca das construções iniciais idealizadas anteriormente modificam de modo pertinente a noção de FD, tomada aqui de empréstimo a Michel Foucault, o que suscita um deslocamento teórico que a considera não mais enquanto privativo espaço estrutural fechado, visto que paradoxalmente está em relação com seu exterior, o que permite a Pêcheux (1997b) reconhecê-la enquanto sendo “constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela” (p. 314, grifo do autor). Tais indícios inauguram a denominada terceira fase da AD. Ademais, Pêcheux (1988) entende ainda, que o sujeito, influenciado pelo inconsciente, não controla tudo o que diz⁴, produzindo dizeres falhos e deslizantes, advindos das relações que se instauram por meio do(s) discurso(s) com as FD e FI aos quais é interpelado.

Posteriormente, na AD-3, “o primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* se acentua” (PÊCHEUX, 1997b, p. 315, grifos do autor), desvencilhando-se dos postulados anteriormente idealizados, uma vez que é cogitada a questão da alteridade na identidade discursiva enquanto constituinte das variadas posições assumidas pelo sujeito. Assim, na terceira fase, Pêcheux (1997b) reconhece a heterogeneidade que é constitutiva do discurso, marcando uma mudança metodológica, onde aborda não mais sequências parafrásticas, e sim uma análise interdiscursiva. Logo, o percurso teórico delineado por Pêcheux (1997b) vai aos poucos (re)configurando conceitos que, por sua vez, são assinaladamente “moldados” pela questão da alteridade, marcando um deslocamento teórico.

Além disso, nas últimas fases, os pressupostos pècheutianos aproximam-se da perspectiva dos estudos da linguista Authier-Revuz (1990), que considera a heterogeneidade enquanto constitutiva do discurso. Tem-se, portanto, mais contundentemente a partir das rupturas expostas na última fase da AD, um sujeito que extrapola a forma-sujeito enquanto

⁴ Pêcheux (1988) trata dessa questão nos Esquecimentos nº 1 e nº 2, onde respectivamente o sujeito tem a ilusão de ser a origem do sentido, o criador absoluto de seu discurso; acredita que o dito produzirá o efeito de sentido esperado, o que proporcionaria uma interpretação unívoca e esclarecedora, sendo seu significado compreendido sem desvios.

puro efeito ideológico, pois há, no discurso, o entrecruzar de estrutura e acontecimento⁵, estando o sujeito inscrito entre língua, história e inconsciente.

Nesse momento, então, valemo-nos de considerações que direcionam sobre qual noção de sujeito parte esta pesquisa e, na esteira de Coracini (2007, p. 41), este é tido enquanto “[...] cindido, inconsciente, descentrado – ao qual, portanto, escapa o controle de si, de seus atos e pensamentos, dos efeitos de sentido do seu dizer”. Para Authier-Revuz (1990), a presença do Outro – inconsciente – no discurso quebra sua continuidade e faz vacilar o domínio do sujeito, sendo o lapso uma forma que exemplifica esse processo.

Mediante essas considerações, a questão da identidade que aqui abordamos se dá a partir de perspectivas que a consideram enquanto atravessada pelas relações que se (im)põem entre sujeito, discurso, história, cultura, estando, assim, em constante processo. Para Hall (2005, p.38, grifos do autor), a identidade não é algo inato, mas se forma – por processos inconscientes – no decorrer do tempo e, por isso, “existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre *sempre formada*”.

Ao falarmos de identidades/sujeitos descentrados, bem como de identidades que se refletem no/pelo olhar do outro, refletimos também sobre a seguinte questão:

Não há identidade possível a não ser na ilusão, na promessa sempre adiada da coincidência consigo mesmo, do pertencimento imaginado (e inventado) a uma nação, a um grupo que iguala ou assemelha aqueles que são desiguais, inassimiláveis. Ora, sabemos que a identidade pode ser imposta, resultar de uma relação de poder, pode ser efeito de dominação; onde alguém sabe a verdade, alguém pode falar em nome do outro, responder pelo outro, dizer o outro [...] aliás, somos sempre ditos pelo outro, pelo olhar do outro que se faz verdade [...] (CORACINI, 2007.p.49)

Tratar, pois, de identidade por meio de tal perspectiva é pensá-la enquanto atravessada pela alteridade, uma vez que, enquanto dinâmico resultado de uma construção social e cultural, a identidade perpassa a subjetividade dos sujeitos. Esse sentido é observado nesta pesquisa quando as mulheres internas atribuem para si o que elas não são (ou o que desejam ser) e, nesse sentido, pela identificação passam a “existir” no/pelo olhar do outro.

Ainda na esteira de Coracini (2003), refletimos sobre a multiplicidade de vozes que torna a identidade complexa, heterogênea e em constante movimento, sendo somente possível

⁵ Pêcheux (1990) apresenta uma reflexão sobre a linguagem, trabalhando a noção de discurso a partir de uma análise da movimentação discursiva do enunciado (“on a gagné”), questionando a análise estrutural por meio dos efeitos de sentido subjacentes às condições de produção, concebendo-o assim, enquanto acontecimento discursivo.

flagrar, nesses oportunos enfoques, momentos de identificações. Também nesse estudo, a autora (CORACINI, 2003, p.243) intervém na já discutida concepção de identidade enquanto inacabada, em processo, incompleta, alertando para a visibilidade desta nesses momentos de identificação, uma vez que é possível capturá-los na relação do sujeito com outros sujeitos, fatos e objetos. A mesma autora acrescenta, ainda, a falta de inteireza que nos dispõe pela busca ilusória, mas necessária, da completude de um sujeito indiviso, pois a partir do nosso exterior, bem como por meio das formas pelas quais imaginamos ser vistos pelos outros, inserimo-nos nesse desejo, sabendo o que não somos, e o que somos, a partir do outro, suscitando, assim, a busca da verdade, do controle de si e dos outros.

Considerando o contexto que aqui investigamos – privação da liberdade –, e, em se tratando de relações de poder, Foucault (1979) problematiza reflexões acerca do poder diluído em diferentes funcionamentos, focalizando como se dá o seu exercício nas diferentes Instituições, bem como sobre as relações de verdade, saber e resistência que ele produz. Considerando que o poder circula em rede, seria contraditório pressupor que uns dominam enquanto outros são dominados e, sendo assim, poder-se-ia acreditar que:

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social [...] Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar [...] (MACHADO, 1979, p. 14, grifo do autor).

Na visão foucaultiana, o poder penetra na sociedade por meio de práticas sociais. Em seus estudos, Foucault inicialmente analisa os saberes e o conhecimento, como por exemplo, o que se sabe na sociedade sobre a loucura, a doença, o mundo e a vida. Entretanto, o problema que permeava seus estudos concentrou-se, sobretudo, na necessidade de se pensar o fenômeno do poder. Foucault (2012) analisou a questão da prisão mais amplamente na sua obra *Vigiar e punir*, que trata da evolução histórica da legislação penal, dos meios punitivos adotados desde os séculos passados até as instituições modernas. Abordou também a questão da criminalidade e dos variados processos punitivos, indo desde a violência física até os institutos penitenciários atuais.

Como se observa, as relações de poder constituem este contexto de investigação. E é nesse sentido que analisamos os discursos: enquanto atravessados por essas relações que se deslocam e se movimentam, que permitem que possamos observar o poder em sua mecanicidade, ora nas mãos de um, ora nas mãos de outro. Foucault (2006c, p. 214, grifo do

autor) analisa, ainda, a constituição dos sujeitos, isto é, a constituição de sua subjetividade, em relação à conduta moral, para declarar: “[...] não há conduta moral que não exija a constituição de si mesmo como sujeito moral; não há constituição do sujeito moral sem *modos de subjetivação*”.

Uma vez que esta pesquisa busca investigar os modos de constituição da subjetividade de mulheres internas pela escrita de si, cabe, aqui, refletir sobre esse ponto ao qual se debruça Foucault (2006b). Seu texto sobre a escrita de si traz em sua apresentação inicial a explicação de que constitui parte dos seus estudos elaborados nesta última etapa, voltada para as artes de si mesmo, isto é, para a estética da existência e o domínio de si e dos outros. Isso ele o faz a partir da cultura greco-romana. Sua alusão inicial é a *Vita Antonii*, texto ao qual o filósofo considera como um dos mais antigos deixados pela literatura cristã sobre a escrita espiritual e, a partir dele, analisa de forma retrospectiva a função da escrita na cultura filosófica de si. Este texto consiste da anotação escrita de ações e pensamentos, o que a torna um elemento imprescindível à vida ascética.

Além disso, o filósofo, com base em Plutarco, diz que, como treinamento de si, a escrita tem uma função *etopoiética*, isto é, “ela é operadora da transformação da verdade em *êthos*” (FOUCAULT, 2006b, p. 147, grifo do autor). Pode-se dizer que, ao escrever de si, o sujeito põe em jogo a forma como ele é visto pelo outro; nesse sentido, a escrita de si constitui também um olhar do outro sobre si. Essa escrita aparece em documentos dos séculos I e II e, segundo relata o filósofo, parece estar localizada em duas formas já conhecidas, contudo, utilizadas para outros fins: os *hupomnêmata* e a *correspondência*, formas de escrita por ele analisadas com o intuito de compreender as modalidades das relações do sujeito consigo mesmo. Nesse caso, pelo fato de essas modalidades envolverem a relação de uma prática de exercícios de escrita de si e para si, há, por conseguinte, o processo de subjetivação.

A partir desse ponto, Foucault (2006b) procede a uma detalhada análise dos *hupomnêmata*, tipo de escrita que considera enquanto um importante quesito na subjetivação do discurso. Assim, relata que os *hupomnêmata* podiam ser: livros de contabilidade, registros públicos, cadernetas individuais que serviam para lembrete. Era comum sua utilização por um público culto, que o considerava um guia de conduta, em que citações eram anotadas, bem como fragmentos de obras, e ainda, reflexões ou pensamentos que vinham à mente, o que constituía uma memória das coisas lidas, ouvidas ou pensadas. Essa escrita, ao consistir num guia de conduta, carregava os argumentos e os meios necessários para se lutar contra uma falta, em particular.

Entretanto, o autor esclarece que os *hupomnêmata* não devem ser considerados como um simples suporte de memória e, embora possuam um caráter pessoal, não são diários ou narrativas de si, tampouco “[...] uma espécie de armário de lembranças, mas profundamente implantados na alma, *nela arquivados*” (FOUCAULT, 2006b, p. 148). O autor ressalta o objetivo dos *hupomnêmata*: “[...] fazer do recolhimento do logos fragmentário e transmitido pelo ensino, pela escuta ou pela leitura um meio para o estabelecimento de uma relação de si consigo mesmo tão adequada e perfeita quanto possível” (p. 149). Nesse caso, a escrita de si é também memória.

O mesmo filósofo trata da questão da correspondência, cujas reflexões subsidiam a análise do nosso *corpus*, formado de cartas escritas por mulheres internas⁶. Assim, Foucault (2006b) traz à tona os pensamentos de Sêneca, mediante análise de suas cartas, e de início, o sentido de que ao mesmo tempo em que se escreve se lê, e assim, a carta age tanto em quem escreve quanto em quem lê; no primeiro (quem escreveu), pela escrita e leitura do que escreveu; no segundo (quem lê), pela leitura e releitura, assumindo, então, uma dupla função. Ademais, o filósofo Foucault (2006b) observa, a partir das cartas de Sêneca, distintas funções, tanto para quem escreve, quanto para aquele que recebe, esclarecendo que a correspondência não deve ser considerada um simples prolongamento dos *hupomnêmata*, pois constitui uma forma de se manifestar para si mesmo e para os outros, tornando o escritor presente para aquele a quem envia. Em suma, a escrita de si é confissão, meditação, memória e relato para o outro.

Passemos agora, após esta breve consideração sobre os conceitos teóricos que norteiam este trabalho, à análise de uma carta escrita por uma mulher interna do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas (MS).

Representações do outro: a escrita de si e a subjetividade na constituição do sujeito

No recorte aqui selecionado, vejamos a representação que o sujeito da carta (57⁷) faz do “outro filha”:

Recorte:

Oi (M) como você esta? espero que tudo bem. Comigo tô, indo na medida do possível esperando os dias e as noites passar, para **pagar** logo o que **devo** a justiça e ir cuidar da minha vida. Ou melhor da minha

⁶ Para a constituição do *corpus* foram coletadas sessenta e oito cartas escritas por mulheres internas do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas – MS (EPFTL) no seu dia a dia. Para a digitação, foram preservados os aspectos de ortografia, coesão e parágrafos, bem como os nomes dos sujeitos em questão – interlocutores – foram ocultados por questões estabelecidas por meio de um Termo de Consentimento assinado por funcionários da Instituição.

⁷ Por fazer parte do *corpus* aqui citado, preservamos a numeração de coleta.

filha e netos. (M) muito obrigada por vc ter vindo me visitar você não tem noção de como foi importante pra mim sua visita que deus te abençoe por vc ter vindo as 2 duas vezes me. ver. [...] logo estou saindo daqui, mais enquanto não saio daqui pedi para (A) me escrever, domingo foi o dia das Mães todas presas teve visita dos filhos **só** eu que não, não sei porque a (D) é assim comigo. Do meu jeito sempre fiz de tudo pra ela, **já** dei uma vida boa pra **ela** será que **ela** não se lembra mais disso, **Ela só** se perdeu na vida depois **dela só** ter atingido a maior idade **depois** dos 20 vinte anos é que **ela** foi se perder na vida se envolvendo com drogas. Eu nunca ensinei isso a **ela**, **só** o que fiz de errado durante um Bom tempo da minha vida foi cuida **dela** proteger **ela** de tudo e de todos o **pago** que **ela** mé dá por tudo que passei é **só** desprezo. Um dia espero que **ela** caia em si. Me Desculpa (M) e **só** um desabafo. [...] diz pro (L) que a titia **ainda** Ama ele muito. [...] Quando você falar com a Di, diz pra **ela** que eu não morri **só** estou presa e logo vou sair não deixei **ainda** de ser a mãe **dela**.
(Carta 57)

Inicialmente, o dizer: “*esperando os dias e as noites passar, para pagar logo o que devo a justiça*” emerge o sentido de que o sujeito liga o cumprimento de sua pena a uma dívida que deve ser paga. Nesse sentido, os itens lexicais “*pagar*” e “*devo*” advêm de uma formação discursiva capitalista, pois simulam o preço de algo, como se a liberdade girasse também em torno de um sistema econômico, tendo também o seu preço. Assim, se adquiriu uma dívida com a sociedade e a justiça, o pagamento é a privação da liberdade, o que nos leva a averiguar o que discute Foucault (2012, p. 124) a respeito do papel do criminoso na punição: “[...] fazer funcionar a ideia de crime como um sinal de punição, é com essa moeda que o malfeitor paga sua dívida à sociedade”. No desejo de ver os “*dias e as noites passar*” para pagar logo o que deve à justiça (e à sociedade?)⁸, o sujeito se coloca pelo bem-estar fora da prisão e pelo mal-estar dentro da prisão.

Embora busque, pela punição, ser (re)qualificado enquanto um sujeito de direito, constitui esta uma ilusória tentativa, pois em sua ficha criminal constará algo que lhe ficará marcado, bem como pelos discursos cristalizados de exclusão. Logo, embora pareça que sua “dívida será quitada”, o tempo que passa dentro da prisão não redime sua “dívida” perante a sociedade que continua a cobrar, julgar e condenar. Podemos então atrelar ao que diz Sawaia (2001, p. 9) sobre as subjetividades que constituem a dialética inclusão/exclusão, que “determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência”. Nesse caso, o sujeito que escreve é marcado pela dualidade inclusão/exclusão que determina seu processo de subjetivação.

⁸ Aqui há marcas de exclusão, pois o pagamento não é feito somente à justiça, que determina o que é permitido e proibido perante as leis, mas, sobretudo à sociedade, que clama por “justiça”, que nesse discurso, não se refere (somente) à Instituição Penal, mas ao clamor do povo, que exige o “acerto de contas”.

Sua representação de mãe pode ser observada no dizer “*já dei uma vida boa pra ela será que ela não se lembra mais disso*”. Pela formação discursiva maternal da “boa mãe⁹” – cuidadora, atenciosa – o advérbio temporal utilizado não remete a um tempo próximo, mas ao que fazia antes, marcando assim, a ingratidão pela qual representa o outro – filha ingrata. Chama-nos à atenção, o fato de que em alguns dizeres posiciona-se como sujeito da ação: “*Do meu jeito sempre fiz de tudo pra ela*”, “*já dei uma vida boa pra ela*” e “*só o que fiz de errado durante um Bom tempo da minha vida foi cuidar dela proteger ela*”, e é por esta organização discursiva que constrói (e legitima) a representação pela qual se vê.

A utilização do item lexical “*só*” em sete situações produz diferentes efeitos de sentido. O dizer: “*domingo foi o dia das Mães todas presas teve visita dos filhos só eu que não*” produz o efeito de sentido de que o sujeito se sente rejeitado, pois o pronome “*todas*” nomeia todas as internas enquanto mães, pois na ocasião daquela data comemorativa, tiveram a visita de seus filhos. Assim, o uso do “*só*” marca a sua não-pertença a esse grupo.

Em “*só se perdeu na vida depois dela só ter atingindo a maior idade depois dos 20 anos*”, exclui a possível irresponsabilidade de uma mãe que permitiria que a filha não correspondesse à educação por ela dada, pois enquanto não possuía a maioridade, era total responsabilidade não permitir que se perdesse na vida, fato que segundo ela, só veio a acontecer “*só depois dos 20 anos*”, onde exime a culpa de não tê-la educado “corretamente”.

Em: “*eu nunca ensinei isso a ela, só o que fiz de errado durante um Bom tempo da minha vida foi cuidar dela proteger ela de tudo e de todos*”, emerge o discurso materno, e o item lexical “*só*” exclui erros que possíveis discursos sugerem ter cometido, pois desloca a noção do erro e da culpa. Nesse caso, se cometeu algum erro enquanto mãe foi apenas o excessivo zelo, cuidado e proteção, virtude que pela representação de mãe não é errante, mas característica própria dos anseios (e deveres) maternos. Logo, seu discurso é atravessado pela voz daqueles que possam vir a criticá-la enquanto mãe, que, supostamente, não orientou sua filha.

Já o dizer: “*o pago que ela me dá por tudo que passei é só desprezo*” é perpassado por uma relação de trocas, atravessado também pela formação discursiva capitalista em “*pago (sic) = pagamento*”. Ao cumprir o que legitima a representação materna, essa mulher interna

⁹ A esse respeito, ser mãe (im)põe, mediante uma representação, diferentes contratos sociais, onde cabe ao sujeito corresponder ao que sugere que se faça uma mãe: educar, orientar, ensinar, dar carinho, cuidar, proteger, dar boa vida.

exige em troca um pagamento, isto é, tudo o que é contrário ao desprezo pelo qual a filha lhe representa.

Nesse caso, busca recordar o que fez enquanto mãe pelo já-dito, isto é, aquilo que em outro lugar, outro tempo, outro momento, foi dito o que constituiria o papel de mãe, que não deseja apagar por estar presa, efeito de sentido que se dá por meio dos enunciados: “*ainda ama*”, “*não deixei ainda de ser a mãe dela*”¹⁰ e “*eu não morri só estou presa*”. O operador argumentativo “*ainda*” constitui um desejo que é atual, pois no “agora” que perpassa seu dizer, busca permanecer enquanto mãe, produzindo o sentido de que não deveria em momento nenhum ter sido desconsiderada, deixada às margens do esquecimento. Trata-se da representação do “outro filha” enquanto indiferente, pois esse sentimento é (re)configurado continuamente, mas, sobretudo, no/pelo desejo de que sua imagem materna tenha valia para o outro.

Sobre o dizer “*diz pra ela que eu não morri só estou presa*”, pode-se apontar que o sujeito projeta para si a imagem que acredita que o outro criou a seu respeito: a de que por estar presa, está “morta” – para o outro e para a sociedade é fadada ao esquecimento –, pois se cometeu um crime, é representada pelos estigmas e valores postos em sociedade, que por sua vez, (re)criam representações e identidades. Pelo uso do “*só*” busca excluir a possibilidade do esquecimento, emergindo uma voz que insistentemente clama para que não seja excluída pelo lugar que ocupa.

Ainda nos reportando à materialidade linguística, outros itens lexicais marcam a presença do “outro filha” em seu discurso, e por sua vez, a representação que faz dele – desta vez, enquanto indiferente –: o pronome pessoal “*ela*”, utilizado em dez dizeres; e, ainda, o pronome possessivo “*dela*”, utilizado em duas situações. Como já mencionado, para representar-se – “boa mãe” –, posiciona-se enquanto sujeito da ação; observamos, entretanto, que para representar o “outro filha”, também o posiciona enquanto sujeito de ação, a fim de que o responsabilize pelos atos cometidos, e nesse caso, o item lexical “*só*” isenta sua responsabilidade de mãe nas decisões da filha.

Vejamos: quando diz que “se perdeu na vida”, o “*só*” delimita que foi depois de ter atingido a maioridade; quando relata de que forma a educou – “*eu nunca ensinei isso a ela*” –, o “*só*” a isenta da culpa de seu envolvimento com drogas, validada pela restrição de que o ato

¹⁰ Ainda que esse dizer (re)vele a indiferença do “outro filha”, marca também o sentido – uma vez que a interpretação não é estanque – foucaultiano das relações de poder, que, por sua vez, ocorrem também “[...] entre os pais e as crianças, na família” (FOUCAULT, 2006a, p. 231). Isso porque o sujeito que escreve – mãe – não deseja que o outro – filha – lhe despreze em virtude do lugar que agora lhe constitui, bem como a sua representação: a prisão.

cometido ocorreu depois da maioridade, e pela formação discursiva da lei, apoia seu discurso no fato de que, segundo as leis jurídicas, quando atingida a maioridade o indivíduo passa a ser responsável por seus próprios atos.

Assim, faz uma representação do “outro filha” enquanto indiferente e ingrato, e ainda, seu processo de subjetividade consiste em representar-se enquanto uma “boa mãe”, que não foi responsável pelo caminho que a filha assumiu na vida.

Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo problematizar o processo de subjetividade de mulheres internas do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas – MS, via escrita de si, analisando as representações do outro que constituem o discurso desses sujeitos em privação de liberdade.

No recorte analisado, interpretamos que o sujeito que escreve busca, pela memória, (des)construir a representação que lhe coloca num lugar de exclusão – mulher “presa” –, e tal busca se dá no/pelo olhar do outro. Nesse caso, busca (continuamente) manter sua figura materna perante a aceitação da filha. Assim, ora busca chamar sua atenção, cobrando carinho e zelo, ora busca desvencilhar-se dos erros por ela cometidos, e para isso, isenta sua responsabilidade de mãe posicionando a filha mediante os erros que cometeu após atingir a maioridade. Tal gesto configura uma tentativa de manter-se próxima à representação de “boa mãe” e distante de representações marcadas pelo lugar que ocupa – a prisão –, isso porque imagina que o desprezo pelo qual é tratada tem relação com a dívida que pressupõe que deve ser paga – à filha, à sociedade, à Instituição – por meio da privação de liberdade.

Logo, as regularidades discursivas apontam (e marcam) a presença do outro em seu discurso, representado nesse recorte, enquanto indiferente e ingrato, no/pelo desejo do sujeito em “pagar” o que deve. Em outras palavras, ao representar a filha como ingrata – visto que afirma ter sido uma boa mãe –, essa mulher interna deseja (re)qualificar-se enquanto um sujeito de direito, pois não pretende assumir os erros que a filha cometeu, haja vista querer livrar-se dessa “dívida”. Isso porque ainda que não marcada linguisticamente, a prisão é vista como um lugar de exclusão, atravessada pelo já-dito, isto é, aquilo que em outro lugar, outro tempo, outro momento já foi dito, trazendo à baila o sentido que aqui refletimos: de um lado, o sujeito que escreve se vê com uma dívida a pagar; do outro, a sociedade – representada também pela indiferença que atribui à filha – clama para que a justiça seja feita, considerando,

muitas vezes, o sistema prisional falho; esses fatores, portanto, enrijecem a “não aceitação” desses sujeitos em sociedade.

Assim, via escrita de si, essa mulher interna se diz por representações do outro, que, por sua vez, são marcadas pela memória, que aqui consideramos enquanto constitutiva do discurso das mulheres internas. Ainda, tal memória tem relação não estritamente aos limites do espaço físico que esses sujeitos ocupam, cercados por “grades de ferro”, nem tão somente à Instituição Presídio, sobretudo, aos efeitos de sentido que atravessam seu discurso, uma vez que este é perpassado pelo lugar de onde falam, que passa a representar-lhes.

Logo, a nomeação dessas mulheres como “internas”, “presas”, “detentas”, entre outras, carrega sentidos que vão além de referências nominais, pois são atribuídas pelo lugar que esses sujeitos ocupam em sociedade: um lugar de exclusão. E é por isso que esse sujeito deseja livrar-se da dívida, da indiferença, da culpa...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. *Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)*. Tradução Celene M. Cruz e João W. Geraldi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 25-42. (Cadernos de Estudos Linguísticos, n. 19).

BRASIL. Senado Federal. Lei n. 7.210/84. *Lei de Execução Penal*. Brasília: Senado Federal, 2009.

CORACINI, M. J. R. F. (Org). *Identidade & discurso: (des)construindo subjetividades*. Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

_____. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução e Organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. (Coleção: Ditos e Escritos IV).

_____. A escrita de si. In: _____. *Ética, sexualidade, política*. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 144-162. (Coleção: Ditos e Escritos V).

_____. *Ética, sexualidade, política*. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. (Coleção: Ditos e Escritos V).

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramallete. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani. [et al]. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz T. da Silva e Guaciara L. Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni P. Orlandi. [et al]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

_____. A Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania S. Mariani. [et al]. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a. p 61-161.

_____. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania S. Mariani. [et al]. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b. p. 311-319.

SAWAIA, B. (Org.) et al. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.